

Ata da reunião ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (658) da Universidade Estadual - UEL, realizada no dia 01 de julho de 2021.

No dia 01 do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta minutos, na sala virtual, <https://meet.google.com/xfd-bowg-uvj>, em razão do isolamento social, decorrente da pandemia de coronavírus, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sob a presidência do Reitor Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho, com a presença do Vice-Reitor Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa e dos seguintes Conselheiros: José Miguel Arias Neto, Lucia Giuliano Caetano, Marcelo Alves de Carvalho de Carvalho, Silvia Regina Tacla, Danielle Venturini, Ana Luisa Cavalcante, Inês Cristina de Batista Fonseca, Jurandir Guatassara Boeira, Juliana Dascal, Alexandre Orsato, Cássia Vanessa Olak Alves, Maria Fernanda Rodrigues, Deise Maia, Renata Kobayoshi, Ana Claudia Saladini, Kely Regiane Fonseca Pinto, Ângela Palma, Patrícia Ayub da Costa, Guilherme Schiess Cardoso, Claudemir Zucarelli, Maria Cristina Solci, Tania da Costa Fernandes, Edmarlon Giroto, Edméia Aparecida Ribeiro, Marcia Teshima, Natália Nazário Moreira, Natalia Rodrigues de Held, Clarice Tremel Gomes, May Romeiro Sartorelli, Fábio Calabrio Evangelista da Silva, Barbara Nicole Rosa, Thaís dos Santos Moraes, Clodoaldo Porto Filho, Damaris Felisbino, Paulo Rogério Catarini da Silva, Silvia Meletti, Mara Solange Gomes Dellaroza e Marta Gimenez Favaro. Convidados: Suzana Feitosa de Lacerda, Ana Márcia Fernandes Carvalho, Gilza Ferreira, Silvia Marcia Ferreira, Sandra Garcia, Sérgio Gerelus, Marcia Pizaia, Carlos Caldarelli, Maria Elisa Cestari, José de Arimatéia Custódio, Elisa Tanaka, Eduardo José de Almeida, Nikolas Pallisser, Cíntia Lara, Alberto Duran Gonzalez, Lisiane Freitas de Freitas, Débora Maiara e Deise Mary Garbelini Bergamin. Ausências justificadas: Nídia Aparecida Hernandez, Silvia Ponzoni, Eliana Silicz Bueno e Clísia Carreira. **I. ORDEM DO DIA - 1ª PARTE** - Eleição de 02 (dois) representantes docentes titulares e 02 (dois) suplentes do CEPE (Câmara de Pós-Graduação), para compor o Conselho Universitário (Ato Executivo 58/2021). Se candidataram os conselheiros(as) Profa. Angela Palma (titular); Profa. Patricia Ayoub (suplente); Prof. Claudemir Zucareli (titular) Prof. Guilherme Schiess Cardoso (suplente). Em regime de votação. **Eleitos por unanimidade. 2ª PARTE – Item 1 - Discussão e votação da Ata 657, de 29 de abril de 2021. Aprovada com 9 abstenções** (conselheiros novos que não estavam na reunião de n. 657). **Item 2 - Processo 10748/2021 - PROPPG - deliberar acerca da minuta de resolução CEPE que institui reserva de vagas para pós-graduação stricto sensu. (Relatora: Profa. Dra. Silvia Melletti).** Prof. Sérgio Carvalho - esse processo é um marco para a Universidade Estadual de Londrina, aos

1 poucos, estamos promovendo correções históricas, há uma demanda
2 constitucional de corrigirmos a nossa história e precisávamos avançar para
3 a pós-graduação, para completarmos a formação dessa população. Fomos
4 pioneira na criação do Ciclo Formativo de preparo para o ingresso dos
5 estudantes indígenas na graduação. Temos também um processo de
6 discussão muito importante de inclusão de pessoas com deficiência na pós-
7 graduação. Nos espaços que combatem as desigualdades e que buscam a
8 garantia da constituição em sua plenitude, constituímos um grupo de
9 trabalho para estudar a reserva de vagas para essa população na pós-
10 graduação. Prof. Amauri Alfieri abriu as portas da PROPPG e a Profa. Silvia
11 Meletti, que trabalha com inclusão, aceitou esse desafio e coordenou o
12 processo. Temos também o NEAB – Núcleo de Estudos Afro Brasileiro, que
13 é um espaço de combate ao racismo e participou desses estudos também.
14 Temos o Prof. Wagner Amaral que luta para a inclusão dos indígenas no
15 Ensino Superior, que participou do grupo, o NAC que é o nosso Núcleo de
16 Acessibilidade que participou ativamente dessa comissão. Precisamos
17 agradecer também ao prof. Jairo Pacheco, com a sua capacidade de escuta
18 e sua habilidade de trabalhar com todas essas questões. Passamos a
19 palavra para a Dra. Susana de Lacerda que é uma parceira da Universidade,
20 tem o dever de ofício de nos fiscalizar, mas, tem se mostrado parceira nas
21 ações de saúde e também nessa frente do combate ao racismo e nas
22 políticas de cotas no âmbito da universidade. Dra. Susana de Lacerda –
23 saúdo aos excelentíssimos e excelentíssimas professores e professoras
24 integrantes do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, a todas as
25 pessoas que acompanham a presente reunião e em especial ao magnífico
26 reitor professor doutor Sérgio Carlos de Carvalho, o qual agradeço o convite
27 de estar presente nessa histórica reunião. De acordo com o Atlas da
28 Violência 2020, em pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica
29 Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no
30 Brasil, os casos de homicídio de pessoas negras (pretas e pardas)
31 aumentaram 11,5% em uma década. Ao mesmo tempo, entre 2008 e 2018,
32 período avaliado, a taxa entre não negros (brancos, amarelos e indígenas)
33 fez o caminho inverso, apresentando queda de 12,9%. Feito com base no
34 Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, o
35 relatório evidencia ainda que, para cada pessoa não negra assassinada em
36 2018, 2,7 negros foram mortos, estes últimos representando 75,7% das
37 vítimas. Enquanto a taxa de homicídio a cada 100 mil habitantes foi de 13,9
38 casos entre não negros, a atingida entre negros chegou a 37,8. Na
39 avaliação dos especialistas que produziram o documento, os números
40 deixam transparecer o racismo estrutural que ainda perdura no país e o
41 quanto as políticas públicas não têm sido capazes de proteger as vidas de
42 pessoas negras. Num recorte de gênero, voltando-se os olhares aos
43 homicídios de mulheres, aparece outro número que justifica a afirmação em

1 tornado do racismo. Na década examinada, constatou-se uma redução de
2 11,7% na taxa de vítimas não negras, ao mesmo tempo em que a relativa a
3 negras subiu 12,4%. No período, os estados que tiveram as mais altas taxas
4 de homicídios entre a população negra estão localizados nas regiões Norte
5 e Nordeste, com destaque para Roraima (87,5 mortos para cada 100 mil
6 habitantes), Rio Grande do Norte (71,6), Ceará (69,5), Sergipe (59,4) e
7 Amapá (58,3). No total, somente em 2018, 4.519 mulheres foram
8 assassinadas em todo o país. Nesse quantitativo, estão incluídas as
9 ocorrências de feminicídio, embora não estejam especificadas. O índice
10 nacional foi de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo
11 feminino, o que indica que uma mulher foi assassinada no Brasil a cada
12 duas horas. Em comparação ao ano anterior, o que se viu foi uma redução
13 de 9,3% entre 2017 e 2018 na taxa geral, acompanhada por queda em 19
14 das 27 unidades federativas. Alerto que se nos debruçarmos sobre os dados
15 da pesquisa em relação ao número de mulheres e de meninas estupradas
16 e ou vítimas de qualquer outra violência, as negras serão percentualmente
17 a grande maioria. O relatório também chama a atenção para a
18 preponderância de jovens entre as vítimas de homicídios ocorridos em
19 2018. Ao todo, 30.873 jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos foram
20 mortos, quantidade que equivale a 53,3% dos registros. No intervalo de
21 2008 a 2018, observou-se um aumento de 13,3% na taxa de jovens mortos,
22 que passou de 53,3 homicídios a cada 100 mil jovens para 60,4. Os
23 homicídios foram a principal causa dos óbitos da juventude masculina,
24 representando 55,6% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos; 52,3% entre
25 o grupo com faixa etária de 20 a 24 anos; e 43,7% daqueles com idade entre
26 25 e 29 anos. Quando se observam as taxas de mulheres e homens,
27 identifica-se uma diferença importante. No caso delas, as proporções de
28 homicídio são de 16,2% entre aquelas que têm entre 15 e 19 anos; 14% na
29 parcela de 20 a 24 anos; e de 11,7% entre jovens com faixa etária de 25 a
30 29 anos. Em 2018, 16 unidades federativas apresentaram taxas de
31 mortalidade violenta juvenil acima da nacional, que é de 60,4 por 100 mil.
32 No topo da lista, aparecem Roraima (142,5), Rio Grande do Norte (119,3) e
33 Ceará (118,4). As menores taxas foram de São Paulo (13,8), Santa Catarina
34 (22,6) e Minas Gerais (32,6). Conforme afirma a pesquisadora, "É uma
35 geração inteira que a gente está matando e é algo que não nos sensibiliza,
36 infelizmente, que vai passando. [As vítimas] são sujeitos [considerados]
37 descartáveis". Sobre a morte prematura de jovens brasileiros, o pesquisador
38 Daniel Cerqueira, que também assina a publicação, ressalta que a
39 efetividade do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) depende de
40 como são conduzidas as políticas públicas. Os dados apresentados
41 mostram que o conjunto de normas fez com que a taxa de homicídios entre
42 crianças e adolescentes caísse para 3,1%, a cada ano, entre 1991 e 2018,
43 revertendo o crescimento anual de 7,8%, registrado entre 1980 e 1991. O

1 pesquisador ainda acrescenta: "De 1980 a 2018, foram 265 mil crianças
2 assassinadas no Brasil. É uma barbárie, é muito chocante, é um número
3 que nos leva a repensar o país. Tem algo errado aí. Duas coisas que
4 ajudaram a frear essa barbárie foram o ECA e o Estatuto do Desarmamento.
5 Antes do ECA, quando a gente vai olhar violência armada, a taxa de
6 homicídio anual crescia a incríveis 9,4% a cada ano. Depois do ECA e antes
7 do Estatuto do Desarmamento, de 1991 a 2003, o ritmo de crescimento dos
8 homicídios de crianças diminuiu para 4,9% e, depois do Estatuto do
9 Desarmamento, o ritmo foi de 1,7%. Ou seja, quando a gente compara antes
10 e depois dos estatutos, a morte por violência armada de nossas crianças
11 caiu a um quinto e, no entanto, nós estamos desconstruindo parte dessa
12 peça agora, com o desmantelamento do Estatuto do Desarmamento e com
13 um debate que começou a surgir na sociedade, com preconceitos contra o
14 ECA", explica Cerqueira, acrescentando que, desde 2009, foram
15 promovidas mudanças na legislação brasileira que permitiram uma
16 circulação maior de porte de armas de fogo e dificultaram o rastreamento
17 de munições e armas, muitas delas usadas por grupos criminosos, incluindo
18 milícias. O FBSP e o Ipea destacam, ainda, que, antes de 2003, quando o
19 Estatuto do Desarmamento passou a vigorar, a velocidade de crescimento
20 das mortes era cerca de 6,5 vezes maior do que a observada depois da
21 sanção presidencial. Caso o número de homicídios se multiplicasse da
22 mesma forma como acontecia antes do Estatuto do Desarmamento, o total
23 poderia ultrapassar 80 mil, em 2018. Naquele ano, a quantidade já foi
24 elevada: foram notificados 41.179 assassinatos por arma de fogo no país,
25 que correspondem a 71,1% de todos os homicídios do país. Políticas
26 públicas mudam uma realidade para pior e para melhor e por isso
27 precisamos das chamadas ações afirmativas. Em pesquisa divulgada pelo
28 IBGE, pela primeira vez, o índice de alunos pardos e negros em
29 universidades públicas brasileiras foi de 50,3%, superando a de alunos
30 brancos¹. A Universidade Estadual de Londrina (UEL) há 15 anos, por meio
31 da Resolução nº 78/2004, do Conselho Universitário, estabeleceu a reserva
32 de vagas no concurso vestibular para candidatos negros, sendo a 3ª
33 Universidade do país a implantar o sistema de cotas², tendo uma atitude de
34 vanguarda, e isso não fez que com que fosse uma universidade menos
35 ranqueada, muito contrário, estando entre as melhores do país. Mas é
36 preciso avançar, é preciso ir além. Apresentando a triste realidade do Mapa
37 da Violência, em que a maioria das pessoas negras são mortas ou sofrem
38 violência na periferia, aqueles que são contra as cotas étnico-raciais
39 afirmariam que a há uma "infeliz correlação entre a cor do indivíduo, pobreza
40 e a qualidade do estudo", fazendo crer que tudo não passaria de obra

¹Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>

²Disponível em <http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&id=29619>

inescapável do destino, uma triste coincidência. Recorro então à SUELI CARNEIRO, para afirmar que não há democracia racial no Brasil, sendo as cotas étnico-raciais uma das espécies do gênero ações afirmativas que precisam ser implementadas nas esferas públicas e privadas. Segundo SUELI CARNEIRO não é difícil rebater a afirmação que há democracia racial. Nas palavras dela: “A resposta não é difícil: o mito da democracia racial é fundado em uma sensação unilateral e branca de confronto nas relações interraciais. Esse conforto não é uma invenção. Ele existe de fato: é o efeito de uma posição dominante incontestável. Quando eu digo incontestada, no que concerne a sociedade brasileira, quero dizer que não é só uma posição dominante de fato, mas que valer como uma posição de direito, ou seja, como efeito não da riqueza, mas de uma espécie de hierarquia de castas [...] a desigualdade no Brasil é a expressão material de uma organização. Ou seja, é a continuação da escravatura [...] Corrigir desigualdade, que é herdeira direta, ou melhor continuação da escravatura, no Brasil, não significa corrigir os restos da escravatura. Significa finalmente aboli-la”. O pleito de cotas étnico-raciais na pós-graduação que se discute na data de hoje têm por base os dados estatísticos públicos e notórios que apontam: (i) a ocorrência de um racismo institucionalizado; (ii) a persistência da exclusão dos negros do mercado de trabalho e do ensino em geral; e (iii) a existência de uma desigualdade social de cunho racial. Neste contexto atual de retrocesso de conquistas sociais no país, retoma-se argumento para aniquilar as cotas étnico-raciais. Então é preciso contextualizar as cotas étnico-raciais como sedimentadas no ordenamento jurídico brasileiro. Não contraria - ao contrário, prestigia – o princípio da igualdade material, previsto no caput do art. 5º da Carta da República, a possibilidade de o Estado lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminados de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares, sendo que isso já foi reconhecido na ADPF 186/DF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - data do julgamento em 26 de abril de 2012). Metodologia de seleção diferenciada pode perfeitamente levar em consideração critérios étnico-raciais ou socioeconômicos, de modo a assegurar que a comunidade acadêmica e a própria sociedade sejam beneficiadas pelo pluralismo de ideias, de resto, um dos fundamentos do Estado brasileiro, conforme dispõe o art. 1º, V, da Constituição. VI - Justiça social, hoje, mais do que simplesmente redistribuir riquezas criadas pelo esforço coletivo, significa distinguir, reconhecer e incorporar à sociedade mais ampla valores culturais diversificados, muitas vezes considerados inferiores àqueles reputados dominantes. No Brasil não há necessidade de empregar-se o critério de

1 ancestralidade para definir quem é negro ou índio, tampouco utilizar exames
2 genéticos, eis que aqui “o preconceito é de marca e não de origem”. A
3 Constituição de 1988, nos arts. 215 e 216, reconhece e protege,
4 expressamente, o caráter plural da sociedade brasileira, recuperando o
5 espaço ontológico da diferença. As cotas, antes de atentar contra o princípio
6 da igualdade, elas realizam a igualdade material. Preconizou, ainda, a busca
7 da igualdade material a que se refere a Constituição vigente, em particular
8 nos arts. 3º, 206, III, e 215, os quais reconhecem, expressamente, a
9 importância das comunidades indígenas e afro-brasileiras na formação da
10 cultura nacional. A Constituição Federal dispõe: ‘Art. 3º. Constituem
11 objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) III – erradicar
12 a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
13 Leio o inciso IV: IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem,
14 raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação. A
15 discriminação positiva introduz tratamento desigual para produzir, no futuro
16 e em concreto, a igualdade. É constitucionalmente legítima, porque se
17 constitui em instrumento para obter a igualdade real. A Constituição Federal
18 preceitua, em seu art. 206, I, III e IV, que o acesso ao ensino será ministrado
19 com base nos seguintes princípios: “igualdade de condições para acesso e
20 permanência na escola”; “pluralismo de ideias”; e “gestão democrática do
21 ensino público”. Registro, por outro lado, que a Carta Magna, em seu art.
22 208, V, consigna que o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da
23 pesquisa e da criação artística será efetivado “segundo a capacidade de
24 cada um”. Ora, tal como os constituintes de 1988 qualificaram de
25 inafiançável o crime de racismo, com o escopo de impedir a discriminação
26 negativa de determinados grupos de pessoas, partindo do conceito de raça,
27 não como fato biológico, mas enquanto categoria histórico-social, assim
28 também é possível empregar essa mesma lógica para autorizar a utilização,
29 pelo Estado, da discriminação positiva com vistas a estimular a inclusão
30 social de grupos tradicionalmente excluídos. Ademais a Convenção sobre a
31 Eliminação de todas as Formas de Preconceito, ratificada pelo Brasil, em 26
32 de março de 1968, proíbe qualquer tipo de discriminação, prevendo, em seu
33 art. 1º, § 4º, a adoção de ações afirmativas. “Não serão consideradas
34 discriminação racial as medidas especiais” – e adentrou-se o campo das
35 ações afirmativas, da efetividade maior da não discriminação – “tomadas
36 com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos
37 raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa
38 ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou
39 exercício de direitos humanos e liberdades” – no sentido amplo –
40 “fundamentais, contanto que tais medidas não conduzam, em
41 consequência” – e, hoje, ainda estamos muito longe disso –, “à manutenção
42 de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após
43 terem sido alcançados os seus objetivos.” Outra definição – um pouco mais

1 elaborada – é a que consta do art. 2º, II, da Convenção para a Eliminação
2 de Todas as Formas de Discriminação Racial, da Organização das Nações
3 Unidas, segundo o qual ações afirmativas são “(...) medidas especiais e
4 concretas para assegurar como convier o desenvolvimento ou a proteção
5 de certos grupos raciais de indivíduos pertencentes a estes grupos com o
6 objetivo de garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos
7 direitos do homem e das liberdades fundamentais”. Para possibilitar que a
8 igualdade material entre as pessoas seja levada a efeito, o Estado pode
9 lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um
10 número indeterminado de indivíduos, mediante ações de natureza
11 estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais
12 determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por
13 um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades
14 decorrentes de situações históricas particulares. As ações afirmativas,
15 portanto, encerram também um relevante papel simbólico. Uma criança
16 negra que vê um negro ocupar um lugar de evidência na sociedade projeta-
17 se naquela liderança e alarga o âmbito de possibilidades de seus planos de
18 vida. Há, assim, importante componente psicológico multiplicador da
19 inclusão social nessas políticas. A histórica discriminação dos negros e
20 pardos, em contrapartida, revela igualmente um componente multiplicador,
21 mas às avessas, pois a sua convivência multissecular com a exclusão social
22 gera a perpetuação de uma consciência de inferioridade e de conformidade
23 com a falta de perspectiva, lançando milhares deles, sobretudo as gerações
24 mais jovens, no trajeto sem volta da marginalidade social. Esse efeito, que
25 resulta de uma avaliação eminentemente subjetiva da pretensa inferioridade
26 dos integrantes desses grupos repercute tanto sobre aqueles que são
27 marginalizados como naqueles que, consciente ou inconscientemente,
28 contribuem para a sua exclusão. Eis, aqui, demonstrada a importância da
29 aplicação das políticas de ação afirmativa nas universidades e no ensino
30 superior de modo geral. Tais espaços não são apenas ambientes de
31 formação profissional, mas constituem também locais privilegiados de
32 criação dos futuros líderes e dirigentes sociais. É certo afirmar, ademais,
33 que o grande beneficiado pelas políticas de ação afirmativa não é aquele
34 estudante que ingressou na universidade por meio das políticas de reserva
35 de vagas, mas todo o meio acadêmico que terá a oportunidade de conviver
36 com o diferente ou, nas palavras de Habermas, conviver com o outro. É
37 preciso, portanto, construir um espaço público aberto à inclusão do outro.
38 Um espaço que contemple a alteridade. E a universidade é o espaço ideal
39 para a desmistificação dos preconceitos sociais com relação ao outro e, por
40 consequente, para a construção de uma consciência coletiva plural e
41 culturalmente heterogênea, aliás, consentânea com o mundo em que
42 vivemos. Finalmente, em 12 de maio deste ano, a presidência da República
43 ratificou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação

1 Racial e Formas correlatas de Intolerância, que passa a integrar a ordem
2 jurídica brasileira com "equivalência de emenda constitucional", uma vez
3 que foi internalizada nos termos do § 3o do art. 5º da Constituição Federal.
4 Esse inovador tratado internacional reitera os princípios de igualdade e não
5 discriminação já presentes no bloco de constitucionalidade brasileiro, que
6 são conceitos democráticos dinâmicos que propiciam a promoção da
7 igualdade jurídica efetiva e pressupõem uma obrigação por parte do Estado
8 de adotar medidas especiais para proteger os direitos dos indivíduos ou
9 grupos que sejam vítimas de discriminação e intolerância. O artigo 5º indica
10 que o Estado brasileiro se compromete a adotar políticas especiais e ações
11 afirmativas necessárias para assegurar o gozo ou exercício dos direitos e
12 liberdades fundamentais das pessoas ou grupos sujeitos ao racismo, à
13 discriminação racial e formas correlatas de intolerância, com o propósito de
14 promover condições equitativas para a igualdade de oportunidades,
15 inclusão e progresso para essas pessoas ou grupos. Portanto, há um
16 mandamento constitucional no sentido de que sejam criadas, mantidas,
17 ampliadas as cotas ou raciais, ou fundadas em formas correlatas de
18 intolerância. Logo, hoje é oportunidade da UEL cumprir os ditames
19 constitucionais e o anseios democráticos que devem nortear qualquer
20 universidade pública, criando cotas étnico-raciais para pós-graduação.
21 Recorro a um texto dos discentes da UERJ do Centro Acadêmico Luiz
22 Carpenter da Universidade do Rio de Janeiro, em carta escrita em 25 de
23 abril de 2012, ao Ministro Luiz FUX, oriundos da primeira universidade a
24 implementar cotas étnico-raciais no Brasil, quando o aludido Ministro iria
25 analisar ADPF 186 DF: "Professor, que a Universidade se pinte de negro,
26 que se pinte de mulato, não só entre os alunos, mas também entre os
27 professores. Que se pinte de operários e de camponeses, que se pinte de
28 povo, porque a Universidade não é patrimônio de ninguém; ela pertence ao
29 povo." Prof. Sérgio – agradece a presença e a fala da Dra. Susana de
30 Lacerda que é uma grande parceira da Universidade nas questões raciais,
31 acompanha o nosso trabalho com muita seriedade. Prof. Sérgio agradece a
32 presença das pessoas que estão assistindo a esse Conselho na outra sala,
33 Maria de Fatima Beraldo – Gestora de Promoção de Igualdade Racial Prof.
34 Delton Felipe - da Associação Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as
35 (UEM), Prof. Cleber Vieira. Presidente da ABPN, Prof. Eráclito Pereira (Vice-
36 coordenador Regional Sul do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos
37 Afro-brasileiros - CONNEABS), Marcia Cacilda Riberiro – Representante do
38 NRE, Fiama Heloisa- presidenta do conselho de igualdade racial, Sidnei
39 Santos Silva, Membro do Conselho Municipal de Promoção de Igualdade
40 Racial e Secretario Parlamentar Câmara Federal, Maria Nilza – NEAB,
41 Wagner Amaral – CUIA, Karen Riberiro – NAC, Jamile Baptista – PROPE,
42 Profa. Margarida de Cássia Campos - PROPE-CUIA. Com a palavra, o Prof.
43 Nikolas Gustavo – gostaria de cumprimentar o Magnífico Reitor, Prof. Dr.

1 Sérgio de Carvalho, cumprimento a Vossa Excelência, a Promotora de
2 Justiça Susana de Lacerda e assim cumprimento a todos e todas que se
3 encontram nessa histórica reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e
4 Extensão – CEPE da Universidade Estadual de Londrina. Eu sou o Nikolas
5 Gustavo Pallisser Silva, integrante do NEAB e doutorando em sociologia
6 pela UFSCar e vou discorrer partindo da minha trajetória. Ingressei no curso
7 de Ciências Sociais desta instituição no ano de 2012 e desde o primeiro ano
8 recebi bolsa e desenvolvi pesquisas e extensão sob a orientação da
9 Professora Doutora Maria Nilza da Silva, uma das pouquíssimas
10 professoras negras titular em nosso país. Durante a minha graduação
11 realizei pesquisas sobre a população negra, participei da coleção “Presença
12 Negra em Londrina”, com a publicação de livros que retratam a história e a
13 colaboração da população negra no Paraná e em Londrina. Hoje estas
14 publicações estão presentes em todas as escolas do Núcleo Regional de
15 Ensino. Participei do Programa de Apoio à Permanência estudantil (Prope),
16 desde sua criação em 2013. Visitei várias vezes todas as escolas públicas
17 de Londrina para divulgar a UEL e o sistema de inclusão mediante as ações
18 afirmativas. Após a graduação, fiz o meu mestrado em Sociologia na
19 Universidade Federal de São Carlos, com bolsa do CNPQ e no ano passado
20 concorri em três processos seletivos para o Doutorado, UFSCAR, UFSC e
21 UNB e passei em todas. Escolhi permanecer na UFSCAR e conto,
22 atualmente, com bolsa CAPES. Hoje desenvolvo pesquisa junto ao NEAB
23 sobre as cotas para negros independente do percurso; sobre os estudantes
24 do ensino médio e a relação com a universidade. No ano passado ministrei
25 o curso de Introdução ao estudo das relações raciais para o público em geral
26 juntamente com a equipe do NEAB, especialmente a Professora Dra.
27 Mariana Panta, também oriunda das ações afirmativas. A minha trajetória
28 não é a regra diante da de centenas de outros estudantes negros que
29 ingressaram nesta universidade, mas não tiveram a oportunidade de ter
30 bolsas, visto que estas possibilitaram a minha permanência na UEL, a luta
31 por cotas também pressupõe a adoção das políticas de permanência e a
32 alocação de recursos públicos é uma decisão política. Convém destacar
33 que, sobre a implementação das ações afirmativas, é fundamental
34 reconhecer o protagonismo do Movimento negro. Em 1949, Abdias
35 Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro, escreveu sobre a
36 necessidade de reservar vagas em todas as instituições, públicas ou
37 privadas, para superar a exclusão e a violência contra a população negra.
38 Foi o movimento negro que esteve presente há vinte anos, em 2001, na III
39 Conferência contra o Racismo e a Xenofobia em Durban, na África do Sul.
40 Nesta, o Brasil se comprometeu a implantar políticas públicas para diminuir
41 o racismo e as desigualdades entre negros e brancos em todos os setores
42 da sociedade. Em 2002, as ações afirmativas foram implantadas na
43 universidade estadual do Rio de Janeiro. No mesmo ano, sintonizado com

1 as discussões nacionais e internacionais sobre as políticas de inclusão, o
2 Movimento Negro de Londrina, através de suas lideranças, com destaque
3 para a atuação de Dona Vilma Santos de Oliveira, a Yá Mukumby, intelectual
4 orgânica, interpelou a UEL para adotar as ações afirmativas. Desta forma,
5 na gestão de 2002 a 2006, sob a administração da Profa. Lygia Puppato, foi
6 iniciado o debate que culminou com a implantação das ações afirmativas,
7 em 2004. Assim, a UEL, vanguardista, se tornou uma das pioneiras na
8 inclusão da população negra no ensino superior no Brasil. Neste contexto,
9 o antigo Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos e atual Núcleo de Estudos Afro-
10 Brasileiros, o NEAB, se tornou a referência para o apoio, a manutenção e o
11 aperfeiçoamento das ações afirmativas. Cabe destacar que todas as ações
12 que o NEAB desenvolve de pesquisa, extensão e apoio ao ensino são
13 desenvolvidas pelos membros da comunidade interna, com seus docentes,
14 técnicos e as centenas de estudantes que passaram pelos projetos
15 desenvolvidos pelo Núcleo. Uma das características da população negra
16 para continuar sobrevivendo é a união e a luta conjunta. Neste sentido, o
17 NEAB, representante da população negra na UEL, tem desenvolvido
18 parcerias frutíferas com o setor da Diversidade e das Equipes
19 Multidisciplinares do Núcleo Regional de Educação de Londrina e com o GT
20 de combate ao racismo do Ministério Público. O trabalho do NEAB também
21 tem contribuído efetivamente para a implantação das cotas em
22 universidades paranaenses como na UNESPAR, em que cabe destacar a
23 atuação do Professor Dr. Alexsandro Eleotério, na UENP e, por último, na
24 UEM. Como mencionamos no início desta fala, o NEAB sempre contou com
25 o Movimento Negro de Londrina para apoiá-lo, apoiar as Ações afirmativas,
26 e na conquista de sua sede, a Casa Yá Mukumby. Desde o início o
27 Movimento tem participado da comissão de homologação e de todos os
28 momentos de avaliações e de fortalecimento das cotas na UEL. Neste
29 sentido, para que as políticas públicas sejam efetivas, são necessários os
30 mecanismos de controle e de acompanhamento, com a transparência de
31 diagnóstico para a comunidade interna e externa. Diante da vulnerabilidade
32 da população negra, é fundamental saber quantas pessoas negras estão na
33 UEL, como está a situação dessa população, quantos estudantes possuem
34 bolsas, como está o índice de evasão, qual o percentual de sucesso etc.
35 Não se pode fazer como ocorreu na abolição em que os negros receberam
36 a suposta liberdade, mas foram deixados ao “Deus dará”. Ao longo de quase
37 20 anos a UEL tem realizado a inclusão na graduação. Entretanto, o apoio
38 à permanência merece mais atenção, pois não existe política pública sem
39 financiamento. Não podemos deixar de levar em consideração que a pós-
40 graduação é um período de formação de quadros especializados, em alto
41 nível. Desta forma, urge refletirmos a criação de um mecanismo que
42 possibilite aos pós-graduandos o acesso as bolsas disponíveis no programa
43 ou que venham ser disponibilizadas. Hoje estamos num momento histórico,

1 com a adoção das Ações Afirmativas na Pós-Graduação. A inclusão de
2 negros e negras na Universidade é mais um passo para tornar a UEL uma
3 universidade antirracista. Mestre Gilza Ferreira – gostaria de agradecer a
4 oportunidade de estar nesse conselho com essa temática tão relevante para
5 a população indígena, fala como representante da CUIA e vai citar a sua
6 própria experiência, sou kaingang, a primeira indígena a ingressar e concluir o
7 mestrado na UEL, no programa de Serviço social e política social, agradece
8 a CUIA pelo convite, está muito feliz de estar aqui trazendo as questões das
9 populações indígenas, que hoje são apenas três etnias no Paraná kaingang
10 guarani e xetá. Sou fruto dessa população e dessa política pública de
11 ingresso e de permanências de estudantes indígenas nas universidades.
12 Hoje são 110 indígenas que concluíram o ensino superior em diferentes
13 cursos, nas 7 universidades do Paraná. Quando era aluna, participou de
14 projetos de extensão e como é importante esse tipo de projeto para a
15 população indígena. O Brasil já teve 54 mil estudantes indígenas no ensino
16 superior no, então, essa reserva de vagas para a pós-graduação será de
17 grande valia, porque há uma imensa parte dessa população aguardando
18 para avançar mais um passo na sua formação acadêmica. A CUIA é uma
19 comissão que organiza junto com os estudantes indígenas o apoio
20 necessário, promovendo melhores condições de estudo e permanência para
21 que consigam concluir os cursos com menos dificuldade. O Ciclo
22 intercultural é uma política da CUIA local e é um excelente trabalho, todos
23 os anos, desde 2012, a UEL recebe, por ano 6 estudantes indígenas. E
24 muitos já concluíram os seus cursos e com a aprovação dessa pauta de
25 hoje, muitos desses vão avançar para a pós-graduação. Profa. Karen
26 Ribeiro – sou professora do Departamento de Educação e vice-
27 coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da UEL. Quero inicialmente
28 agradecer as palavras de reconhecimento do Prof. Sergio Carvalho em
29 relação ao trabalho do NAC. Estou aqui para reafirmar a defesa do NAC
30 pelas cotas para pessoas com deficiência na pós-graduação. Participamos
31 do grupo de trabalho para elaboração do relatório e minuta e acreditamos
32 que as cotas para pessoas com deficiência na pós-graduação é um direito
33 conquistado. As instituições federais já trabalham com cotas há bastante
34 tempo e recentemente, no Paraná, este direito foi reconhecido finamente na
35 Lei Estadual n. 20.443 de 17 de dezembro de 2020. Agora, falando um
36 pouco sobre o NAC, o Núcleo está vinculado administrativamente à Prograd
37 e pedagogicamente aos Colegiados dos Cursos. É um serviço de apoio aos
38 estudantes universitários com deficiência, pioneiro no Brasil, foi criado na
39 década de 1990. A equipe multidisciplinar do NAC atua na promoção de
40 aprendizagem de estudante com deficiência na graduação e pós-graduação
41 por meio de eliminação de barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas. Isso
42 se dá com atendimentos individuais do estudante, reuniões com colegiados
43 de cursos e docentes, promoção de cursos de extensão, entre outras ações.

Portanto, o trabalho com pós-graduandos com deficiência já é realizado pela equipe do NAC. O ingresso de mais estudantes nesta condição fortalecerá o Núcleo e diminuirá as desigualdades enfrentadas por esta população. Profa. Silvia Meletti - acima de tudo, uma alegria profissional. Se sente feliz em compor essa gestão e com muito orgulho coordenou esse trabalho que está sendo apreciado agora. Importante ressaltar que essa minuta foi aprovada, por unanimidade, nas Câmaras de Pesquisa e de Pós-graduação. A Política de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu* é um objetivo que já fazia parte do plano de gestão do Prof. Sérgio, antes mesmo dele assumir a reitoria e desde que assumiu o cargo de reitor e eu como diretora da PROPPG, percorremos um longo caminho e dedicação para chegarmos à minuta que está sendo apreciada hoje. O grupo de trabalho foi constituído em novembro de 2020, por meio da portaria 3020 de 23/11/2020. Essa comissão teve como escopo elaborar um diagnóstico da composição do corpo discente, quanto ao respeito às normatizações e diretrizes referentes à inclusão social e elaborar proposta justificada de normatização própria a ser submetida às instâncias institucionais cabíveis. Fizeram parte do grupo: Andréa Pires Rocha – SER/CESA; Angela Maria de Sousa Lima – SOC/CLCH; Jairo Queiroz Pacheco – HIS/CLCH; Jamile Baptista – PROGRAD/PROPE; Karen Ribeiro – NAC; Margarida de Cássia Campos – GEO/CCE; Maria de Fátima Beraldo – Gestora Municipal de Igualdade Racial – GPPIR; Maria Eugenia de Almeida Pinto – Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial – CMPIR; Maria Nilza da Silva – NEAB; Martha Célia Ramirez Gálvez – SOC/CLCH; Silvia Márica Meletti – PROPPG e Wagner Roberto do Amaral – CUIA. O grupo levou em consideração os marcos legais federais: Portaria Normativa n. 13 de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação e dá outras providências. Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observados os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, terão o prazo de noventa dias para apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas. Art. 2º As Instituições Federais de Ensino deverão criar comissões próprias com a finalidade de dar continuidade ao processo de discussão e aperfeiçoamento das Ações Afirmativas propostas. Art. 3º A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES deverá coordenar a elaboração periódica do censo discente da pós-graduação brasileira, com o intuito de fornecer os subsídios para o acompanhamento de ações de inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação, bem como para a avaliação de tais ações junto aos programas de pós-graduação. Contemplamos também o marco legal estadual, com a

Lei Estadual nº 20.443, de 17 de dezembro de 2020, que dispôs sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas instituições estaduais de educação superior e de ensino técnico. Art. 1º - as instituições estaduais de ensino superior e técnico reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação, por curso e turno, respeitando a quantidade já concedida, o mínimo de 5% (cinco por cento) de suas vagas para estudantes portadores de deficiência. Art. 2º - será respeitada a universalidade do sistema de cotas quanto a todos os cursos e turnos oferecidos e, quando necessário, promover-se-á mecanismos para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados pela reserva de vagas. Foi um elemento norteador do grupo o Sistema Nacional de Avaliação da pós-graduação, da CAPES. Quero destacar os dados de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, do primeiro semestre de 2021, distribuídos por mestrado e doutorado, e em brancos, negros e com deficiência. Agradece o empenho da ATI que em pleno ano pandêmico deu toda a atenção e suporte ao grupo de trabalho para que pudéssemos extrair esses dados. Essa discrepância do número entre mestrado e doutorado é que temos muito mais programas de mestrado na UEL, a maioria dos estudantes é branca, sendo que no mestrado, apenas 18% dos estudantes é negro, se cotejarmos os dados com a densidade demográfica e da incidência desses grupos na nossa graduação, temos 18% no Mestrado e quase 20% no Doutorado, é muito pouco. Essa discrepância denuncia muito da desigualdade social que foi muito bem colocada pela dra. Susana e pelo Nikolas. Não teremos sequer 1% dos estudantes com deficiência no *stricto sensu* e não tivemos nenhum estudante indígena ingressando em 2021. Se analisarmos os números de matriculados nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* vamos perceber que a resolução proposta a este Conselho urge em ser implantada. No Mestrado, dos 629 estudantes matriculados, 460 são brancos, 119 negros e 5 estudantes com deficiência. Em Doutorado, dos 320 matriculados, 236 brancos, 69 negros e 2 estudantes com deficiência. Se analisarmos esses outros dados, vamos perceber outra discrepância, entre os docentes 78% são brancos. Temos na UEL toda apenas 93 docentes negros. Indígenas temos apenas 2 docentes no total. Apenas no nível de agente operacional a incidência de negros é um pouco maior, e são os cargos de menor salários e cuja escolaridade exigida no concurso é menor. Em relação a inserção dos estudantes da graduação, em atividades de pesquisa (dados de 2019). A maior parte oriunda de cursos integrais. Não temos uma trajetória na graduação que seja homogenia, não passamos pelos mesmos processos formativos. Importante destacar que 7,7% dos estudantes de graduação da UEL participavam, em 2019, de atividades extracurriculares de pesquisa, destes, 72% eram brancos, 19% eram negros e apenas 0,4% indígenas. Majoritariamente, estudantes oriundos de cursos integrais e diurnos. Para a minuta, propusemos que haja

1 reserva de vagas em todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* da
2 UEL, isso não é usual em outras universidades. Não vimos nenhum sentido
3 no curso escolher ter, ou não ter cotas. Todos deverão ofertar. A opção da
4 comissão é de que a política seja institucional e não interna de determinados
5 cursos. Uma outra questão é que distribuímos da seguinte forma: Negros
6 na proporção de 30%, fizemos todo um mapeamento nas universidades do
7 Brasil e vimos desde 20 a 54% de vagas, a justificativa é a incidência
8 demográfica local, nós optamos pela reserva de vagas que mais se
9 aproximasse da nossa incidência demográfica Indígenas e população com
10 deficiência 5%, os estudantes indígenas e os portadores de deficiência, que
11 se crie uma vaga a mais para essa população. Estão previstas comissões
12 de homologação e de acompanhamento dessa população. A condição de
13 uma comissão de heteroidentificação tanto para negros quanto para
14 indígenas e a comissão de homologação da documentação de pessoas com
15 deficiência. Nós tivemos dúvidas nas câmaras, sobre algumas questões
16 referentes aos deficientes, mas, estamos em contato com o NAC e retiramos
17 o item entrevista da comissão de homologação. Vai passar ao gabinete para
18 que se promova a correção da minuta. Outra dúvida era de onde surgiriam
19 os profissionais apontados no processo, assistentes sociais, psicólogos etc,
20 e respondemos que serão nossos próprios docentes, e que o NAC já conta
21 com esses profissionais. Essa não é uma política indutiva, nós precisamos
22 começar o trabalho e ir aprimorando. O Nikolas falou muito bem sobre a
23 importância das bolsas, e sem dúvida teremos que avançar no futuro para
24 as condições de permanência, pleitearmos financiamentos junto aos órgãos
25 de fomento, CAPES, além de SETI e SEFA. Teremos dificuldades sim, mas,
26 precisamos começar. A comissão ressalta que também fez um estudo
27 amplo no que tange às questões de gênero. Prof. Sérgio Carvalho –
28 agradece a PROPPG por ter aberto as portas para esse importante trabalho,
29 além de todos os representantes do movimento negro, e dos demais
30 núcleos que trabalham com a população negra, com a população indígena.
31 As condições vão sendo criadas. Se estivéssemos esperando as condições
32 perfeitas, não teríamos o nosso curso de Medicina, uma vez que os
33 pioneiros nesses cursos, tinham aulas embaixo de árvores, porque não
34 havia sala de aula, depois foram para um barracão, que metade apenas
35 tinha cobertura. Naquela época, professores e estudantes desbravaram e
36 levaram com muita garra o curso e depois o Hospital Universitário. Há uns
37 dias, a Folha de Londrina publicou em um espaço que a reitoria da UEL não
38 era magnífica, porque em outras universidades as reitorias são castelos,
39 mas, sabiamente, os reitores que me antecederam, não criaram um castelo,
40 mas, criaram laboratórios, construíram salas de aula, se preocuparam em
41 promover ensino, pesquisa e extensão. Todos nós somos magníficos, a
42 Universidade é magnífica e não o prédio da reitoria, aqui pode ter goteira,
43 porque a sala de aula também tem. Eu sonho com um dia em que eu chegue

1 nessa Universidade e veja vários professores indígenas, e que não chame
2 mais atenção ver um estudante negro, ou um estudante com deficiência.
3 Clodoalto Porto Filho - gostaria de lamentar a morte de um estudante negra,
4 que faleceu de COVID. Já fui acusado de assalto a mão armada, fui
5 confundido por ser negro, essa questão é muito veemente. A gente vê nessa
6 sala que a maioria é negra. Hoje sou psicólogo da cadeia pública de
7 Umuarama, como entro na cadeia, a maioria é negra. A Dra. Susana trouxe
8 dados importantes, a Profa. Silvia também. E o que faz a magnificência da
9 universidade são as pessoas que fazem parte dela. Sou a primeira pessoa
10 a cursar, entrei em 2002, na Universidade Federal do Mato Grosso do sul,
11 em uma época que não tinha cotas, perdi 20kg, porque não tinha o que
12 comer, não tinha condições mínimas de permanência e não quero que
13 ninguém passe por isso, isso afeta a nossa produtividade. Precisamos de
14 bolsas e de incentivo à permanência. Gostaria de ampliar essa quantidade
15 de cotas, talvez para 50%, porque a Universidade Estadual de Londrina é
16 conhecida nacionalmente, muita gente quer estudar aqui. Proponho
17 aumentarmos o número de vagas para cotistas na pós para 50% e
18 incluirmos as pessoas trans. Profa. Marta Favaro – gostaria de agradecer o
19 imenso trabalho da comissão e da Profa. Silvia Meletti pela coordenação da
20 comissão, temos uma comissão que participa da heteroidentificação e
21 podemos colaborar com a experiência dessa equipe para auxiliar a pós-
22 graduação, a UEL hoje se posiciona mais uma vez, positivamente, estamos
23 avançando. A PROGRAD está à disposição para colaborar na composição
24 do trabalho na pós-graduação. May Sartorelli – gostaria de discutir sobre
25 cotas para trans. Gostaria de perguntar quantos transgêneros são
26 estudantes, quantos docentes temos na UEL. O IBGE não contempla dados
27 dessa população. Apenas 0,2% dos estudantes no ensino superior são trans
28 ou travestis. Queria perguntar se esse estudo foi contemplado por essa
29 comissão. O ambiente universitário é extremamente transfóbico. Eu sou
30 atravessado todos os dias pela transfobia que existe na universidade. A luta
31 é muito grande. Estou no segundo ano do curso de Ciências Sociais. Todos
32 os dados são levantados por ONGs, já que o IBGE não faz esse trabalho.
33 Nossa expectativa de vida é baixa, porque a gente observa travestis e trans
34 sendo mortas todos os dias, somos o país que mais mata trans no mundo.
35 A gente não é objeto de pesquisa de ninguém. Já está na hora de nós
36 ocuparmos os espaços da academia e nós desenvolvermos nossas
37 pesquisas. Não conseguimos chegar na pós-graduação. Esse debate
38 também precisa começar na graduação porque nós também não estamos
39 conseguindo chegar lá. Os fatores sociais, as questões de vulnerabilidade,
40 uma parte considerável da população trans precisa se prostituir para se
41 manter. Já temos várias universidades públicas no Brasil que contam com
42 vagas para trans. Gostaria de propor ao reitor a criação de uma comissão
43 que estude a questão de cotas para trans. Prof. Edmarlon – está feliz por

1 vivenciar esse momento, há alguns anos era reticente a essas questões de
2 ações afirmativas e cotas, mas, a vivência na Universidade o fez mudar de
3 pensamento. A destinação de cotas não vai resolver inteiramente o
4 problema da desigualdade, conhece estudantes que têm dificuldades de se
5 sustentar na universidade, muitos não conseguem conciliar o trabalho e o
6 estudo. No curso de Farmácia, tenho alunos que são brancos, mas que
7 vivem condições sociais muito vulneráveis. Prof. Claudemir Zucareli –
8 parabenizar a comissão pelo trabalho realizado. A questão legal e histórica
9 foi muito bem colocada por todos que falaram. Essa pauta foi amplamente
10 discutida no colegiado do *stricto sensu* e foi aprovada por unanimidade
11 mostrando a sensibilização de todos os coordenadores com essa questão.
12 A importância dessa política para a avaliação dos programas da pós-
13 graduação, se soma dentro desses argumentos. Profa. Angela Palma – os
14 estudantes que estão no ensino fundamental e médio, precisam saber que
15 eles podem e devem ter acesso ao ensino superior. Sou professora do
16 primeiro ano e uma das reclamações é que a Universidade se coloca muito
17 distante desses alunos. Todos os professores que estão nas licenciaturas o
18 quão importante que isso seja dito nas salas de aula. Sobre a questão do
19 texto da minuta, continua constando da minuta a palavra “entrevista” no
20 artigo 4º. Profa. Silvia Meletti – a versão final já terá a palavra retirada.
21 Importante ressaltar o intenso trabalho do PROPE junto as escolas públicas
22 em que levamos que a universidade deve ser ocupada por esses alunos. Já
23 há alguns estudos no departamento de educação que tivemos depoimentos
24 que afirmam que a implementação de cotas para escola pública no
25 vestibular fez com que os professores passassem a discutir o vestibular
26 junto aos seus alunos. Profa. Patricia Ayub – na nossa câmara ficou mais
27 do que claro a importância social, cultural educacional e inclusive jurídica, e
28 esse momento é histórico para a universidade. Grandes conquistas são
29 feitas pelo primeiro passo. Parabeniza a toda a comissão que elaborou esse
30 estudo sério e que vai colocar a nossa universidade dentre as pioneiras no
31 processo de inclusão na pós-graduação *stricto sensu*. Também gostaria de
32 homenagear a nossa aluna Alecsandra que faleceu de COVID, aluna negra,
33 que só conseguiu estudar depois de adulta, por suas questões financeiras.
34 Não se formará com essa turma, mas, cumpriu com muita dignidade o
35 percurso dela pela graduação na UEL, no curso de Direito. Prof. Miguel Arias
36 – há 20 anos quando criamos as cotas para a graduação, recebi um aluno,
37 fez graduação, mestrado aqui e doutorado na UNESP, fez um sanduíche
38 em Portugal e hoje é um dos principais teóricos que articula o tráfico de
39 negros no Brasil, ele diz que se não fosse o programa de cotas, estaria
40 cortando cana. Esse é um passo no sentido de completar a nossa
41 descolonização em completo. É inverter a superação de uma concepção
42 ocidental que está fundada na ideia de supremacia branca. Toda essa
43 reflexão coloca a UEL no caminho de superar as desigualdades sociais e

1 de reparar essas desigualdades que são históricas. A proporção das cotas,
2 o Brasil, somos um país africano, pensamos como os caboverdianos, então,
3 pensa que devemos refletir sobre o que o Clodoaldo falou, sobre o que a
4 May falou, e sobre a inclusão das pessoas trans na universidade. Já que
5 temos a proposta, teremos o momento de discutir a proposição do
6 Clodoaldo. Profa. Ana Luisa Cavalcante – não poderia deixar de falar que
7 participou da CUIA, na coordenação, acompanhou muito esse trabalho, fiz
8 parte de projetos de extensão junto à comunidade Kaingang no Apucarantina
9 e o acompanhamento de estudantes indígenas. É um marco histórico não
10 só para a UEL, mas, no Paraná. A Gilza disse que só temos mais 3 etnias,
11 e precisamos minimizar as desigualdades sociais dessas comunidades.
12 Ressalta a fala do Nikkolas que não existe política pública sem
13 financiamento. A UEL tem uma luta agora para conseguir esse
14 financiamento, para que se garanta não só o ingresso, mas, a permanência
15 desses estudantes na Universidade. Sobre as comissões que estão
16 previstas na minuta, pensa que precisariam contemplar alguém da comissão
17 de permanência e de acompanhamento, assim como existe com as cotas
18 na graduação. Profa. Silvia Meletti – o acompanhamento hoje já conta com
19 o PROPE e o NAC acompanhando esses estudantes na pós-graduação,
20 teremos a participação da CUIA e do NEAB, por isso optamos por não
21 colocar na minuta para não engessar a ação. Propusemos ao reitor a criação
22 de uma coordenadoria de ações afirmativas para dar muito mais liberdade
23 de implementar esse trabalho. Damaris Felisbino (estudante de pós-
24 graduação) – sou estudante do Programa de Mestrado em Estudos da
25 Linguagem. Comecei pelo curso de graduação de Letras. Eu era a única
26 estudante indígena no meu curso. Minha mãe também era estudante mas,
27 faleceu um mês antes de concluir o curso. Vendo essa reunião aqui ressalta
28 a importância do ciclo intercultural que há na UEL, porque é essencial para
29 a nossa continuidade no curso. Eu não tive esse apoio do ciclo quando fiz a
30 graduação, contava apenas com os professores Wagner e Ludoviko. A
31 importância das cotas para os indígenas, o ano que vem vou defender a
32 minha dissertação e isso é uma vitória, é um retorno para a nossa
33 comunidade. O nosso esforço não é em vão. Nós como professores também
34 incentivamos a importância do estudo e agora, ter essas vagas específicas
35 para os indígenas vai ser uma grande vitória e inédita para a UEL. Gostaria
36 de agradecer à comissão e à universidade pela implementação dessa
37 resolução. Prof. Sérgio Carvalho - em regime de votação, com a ressalva da
38 Profa. Angela Palma, de retirada da palavra “entrevista”. Os contrários a
39 aprovação da minuta, por favor se manifestem. **Aprovada por**
40 **unanimidade.** Reitor – pede a todos os movimentos sociais e ao Ministério
41 Público que contribuam para a universidade pública ser autônoma, para que
42 o ensino continue chegando a todos e todas. Clodoaldo pede para que a
43 sua proposta seja colocada em votação, de ampliar 50% das cotas para

1 incluir a população trans. Profa. Silvia Meletti – esse grupo de trabalho
2 contemplou estudos sobre essa população, a Profa. Marta Ramires cuidou
3 dessa parte, mas, o estudo nos indicou a condição de não acesso garantido
4 dessa população, boa parte sequer completa o ensino médio, a comissão
5 avaliou relatos de outras universidades que implantou essas cotas, a
6 exemplo da Universidade de Pelotas, nos orientamos pela experiência
7 deles, precisamos traçar o perfil dessa população na universidade, começar
8 o trabalho de implementação das cotas na graduação, para depois,
9 implementar as cotas para a população trans na pós-graduação. Então, a
10 comissão teve uma discussão muita intensa sobre essas questões. Isso
11 está presente no relatório e nas recomendações feitas ao reitor, não só para
12 a população negra, mas para grupos de refugiados, imigrantes, quilombolas.
13 Esse é o papel da Universidade. A indicação de uma comissão permanente,
14 da criação de uma coordenação de ações afirmativas é o primeiro passo
15 para a ampliação desse estudo. Clodoaldo – retira a proposta, já que esse
16 estudo já está sendo pensado. **Item 3 - Processo 4726/2021 - COPS -**
17 **deliberar acerca da minuta de resolução CEPE que estabelece data e**
18 **fase única para a realização do Processo Seletivo Vestibular 2022 -**
19 **(Relatora: Profa. Dra. Sandra Garcia)**. Saltamos de 25 mil inscritos para
20 27 mil inscritos para esse vestibular. Queremos chegar a 30 mil inscritos.
21 Nosso vestibular é modelo no Paraná e a COPS fez um trabalho incrível
22 nesse último vestibular, um formato diferente, desafiador, contemplando
23 todas as medidas de segurança. Profa. Sandra – estamos trazendo agora a
24 data, porque levamos de 6 a 7 meses para construir a prova, coletivamente
25 e de forma interdisciplinar. A COPESE fez uma reunião. Avaliou o vestibular
26 atual, o resultado já sai agora dia 05/07/2021. Avaliamos que ainda não
27 temos nenhuma segurança sanitária e de saúde para pensar em um
28 vestibular no modelo tradicional, com muitos dias de provas. Estamos
29 pensando na data de 6 de março de 2022, porque não teremos condições
30 de fazer em janeiro e nem em fevereiro. Pensamos nessa data para não
31 chocar com outras provas estaduais, nem com USP, UNICAMP e UNESP,
32 nem com a Federal do Paraná. Por conta das condições da pandemia que
33 ainda não está encerrada, estamos sugerindo que a prova de 2022 siga o
34 mesmo formato de 2021, que foi muito exitoso. Geralmente temos mais de
35 700 recursos sobre questões da prova aplicada e esse ano tivemos pouco
36 mais de 100, ou seja, uma prova mais enxuta, mas, que não perdeu a
37 identidade do Vestibular da UEL. O que fica de fora nesse momento, a
38 COPS fez uma consulta para os 5 cursos de habilidades específicas, como
39 ainda estão discutindo nos respectivos colegiados, essas questões entrarão
40 em julho, na resolução do vestibular. Hoje, essa resolução vem definir
41 apenas a data. Estamos insistindo com esses cursos que mantenham a não
42 aplicação dessas provas, como ocorreu nesse ano, mas, respeitamos a
43 definição dos respectivos colegiados. O ano passado houve a decisão

1 acertada desse conselho de aprovar as datas e o formato de apenas um dia
2 e foi um sucesso. Recebemos muitos elogios pela qualidade da prova e pela
3 organização do processo. Esperamos que o próximo estejamos em
4 condições melhores, mas, é bom nos precavermos, sermos conservadores
5 com relação à COVID-19. Prof. Guatassara – estão analisando no Curso de
6 Arquitetura sobre as provas de habilidades específicas. May – gostaria de
7 ressaltar que o vestibular teve mais de 40% de ausentes, e gostaria de saber
8 qual é o planejamento para o próximo não ter esse número exorbitante de
9 faltantes. E gostaria de dizer que não houve um planejamento sobre o
10 transporte para o acesso aos locais de prova. E destacar a crise financeira
11 e garantir que os estudantes possam ter acesso a um vestibular que tem um
12 valor tão alto. Prof. Sérgio Carvalho – todo o vestibular é caro. Todo
13 concurso público tem que se auto custear, por isso, que o valor é alto, mas,
14 ainda fizemos um esforço para reduzir o valor, fomos a única instituição que
15 baixou o preço do vestibular. Sandra Garcia – quanto ao transporte, a UEL
16 faz o papel dela, faz contato com as empresas de ônibus e COMURB, e
17 passamos os locais de prova e previsão de fluxo. Não tivemos relato de
18 estudante que não conseguiu acesso aos locais de provas por conta de
19 transporte público. Sobre a ausência, a UEL não foi diferente das outras
20 universidades do Brasil. Tivemos índice de faltantes menor do que a maior
21 parte das universidades do paraná. Tenho notícias de que as outras IES vão
22 usar o nosso modelo de um dia como fez a UEL. Quanto ao preço, nosso
23 vestibular é um dos mais baratos do país. As universidades variam de
24 R\$160 a R\$ 200,00, o nosso está em R\$145,00. O reitor já fez o pedido para
25 analisarmos a viabilidade de mantermos o preço atual para o próximo
26 vestibular. Natalia de Held – a ausência dos vestibulandos não pode se
27 pautar nas outras universidades. Há uma evasão geral. Antes de
28 aprovarmos outro vestibular sem saber a conjuntura de como estaremos o
29 ano que vem. Se não for garantido o acesso dessas pessoas de transporte
30 e de segurança para fazer essas provas presenciais, não temos que discutir
31 data de um próximo vestibular. As pessoas que têm condições de prestar
32 esse vestibular têm cor e classe, infelizmente. Continuar com esse tipo de
33 vestibular é elitista. Precisamos romper com a ideia de que a universidade
34 é só uma fábrica de diplomas e pensar só em datas no meio dessa
35 pandemia. Natalia de Held – propõe que não se abra vestibular agora,
36 enquanto não se dê condições aos estudantes que já estão aqui na
37 universidade e que não tenha mais essa quantidade de faltantes. Prof.
38 Sérgio Carvalho – pode colocar a proposta em votação, mas, de qualquer
39 forma, já pede para a COPS trazer em um próximo conselho números sobre
40 valores de vestibular, sobre as faltas no vestibular etc. Em regime de
41 votação: os contrários à UEL abrir vestibular agora, se manifestem.
42 Resolução da data e formato do vestibular aprovada com apenas 4 votos
43 contrários. **Item 4 - Processo 2280/2021 - PROEX - referendar os nomes**

1 **indicados pela Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade, para**
2 **recomposição do Comitê Acadêmico do FAEPE - Fundo de Apoio ao**
3 **Ensino, Pesquisa e Extensão (Relatora: Prof^a Dra. Mara Solange**
4 **Dellaroza).** Temos o comitê FAEPE que nos ajuda a tomar as decisões no
5 uso desses recursos. Tínhamos prazo para essa composição para a
6 extensão e, por conseguinte, indicamos o nome da Profa. Dra. Deise Maya,
7 que tem larga experiência na extensão, compondo com ela, como suplente
8 a Profa. Dra. Keli Regiane Tomeleri da Fonseca. Também foi indicada como
9 titular a Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Rosa da Silva e como suplente,
10 Profa. Dra. Ana Cláudia Saladini. Os nomes foram indicados *ad referendum*
11 do reitor, mas, foram aprovados pela Câmara de Extensão. **Aprovado por**
12 **unanimidade. Item 5 - Processo 2279/2021 - PROGRAD - referendar os**
13 **nomes indicados pela Câmara de Graduação, para recomposição do**
14 **Comitê Acadêmico do FAEPE - Fundo de Apoio ao Ensino, Pesquisa e**
15 **Extensão (Relatora: Prof^a Dra. Marta Favaro).** É o mesmo princípio
16 relatado pela profa. Mara Solange e os nomes aqui são para a composição
17 do comitê acadêmico do FAEPE. Foram indicados os nomes dos
18 professores, como Titular Prof. Dr. Luiz Henrique Dall'Antonia e suplente
19 Profa. Dra. Mirian Silene Batista de Souza, a outra titular será a Profa. Dra.
20 Letícia Gorri Molina e como suplente a Profa. Dra. Ana Luisa Boavista
21 Lustosa Cavalcante. **Aprovado por unanimidade. Item 6 - Processo**
22 **1155/2021 - PROGRAD - deliberar acerca da proposta de reformulação**
23 **do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas (Relatores:**
24 **Prof^a Marta Favaro; Profa Márcia Pizaia e Prof. Carlos Caldarelli).** Profa.
25 Marta Fávaro – estamos revisitando dos os projetos pedagógicos, um
26 grande trabalho com os NDEs, colegiados e PROGRAD para reformularmos
27 os projetos. Passa a palavra para os professores membros do NDE do
28 Curso de Ciências Econômicas. Profa. Márcia Pizaia – reduzir a evasão e
29 complementar os 10% de curricularização. Estamos propondo passar de
30 120 vagas para 100 vagas. Tempo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos
31 para a integralização do curso. Antes eram 4,5 anos e máximo 9 anos. A
32 carga horária foi mantida em 3mil horas. Para manter essa carga horária
33 mexemos na disposição das disciplinas. O objetivo do curso e o perfil foi
34 mantido. O perfil do profissional visa a formação de um profissional liberal,
35 com perfil de executivo apto para exercer cargos de liderança junto a
36 empresas públicas e privadas. Retiramos algumas disciplinas, realocamos
37 outras, e atualizamos a maior parte das ementas. A proposta de
38 reformulação da matriz curricular consta do processo. Importante destacar
39 a inserção das AEX em todos os anos do curso. As disciplinas obrigatórias
40 ficaram com 2.400h, o TCC conta com 240h, as Atividades Acadêmicas
41 Complementares – AAC ficaram com 60h, AEX indicadas com 150h, e AEX
42 livres com 150h, perfazendo um total de 3 mil horas. Agradece em especial
43 ao reitor, o vice-reitor, os pró-reitores e todos os conselheiros. Gratidão à

1 Profa. Marta Fávaro e a toda a sua equipe que é muito competente, que
2 nos orientou em todas as fases dessa elaboração. Agradece também a
3 todos os técnicos das outras Pró-reitorias que tornaram possível a proposta
4 presentes nesse processo. Profa. Marta Fávaro – o coletivo do Curso
5 trabalhou muito e se empenhou em incorporar todas as resoluções vigentes,
6 incluindo a creditação da extensão, em todos os anos dessa graduação.
7 Profa. Angela Palma – em relação ao vestibular desse ano, os ingressantes
8 já estarão no projeto novo? Profa. Marta – essa reformulação é para o ano
9 acadêmico 2022, os ingressantes desse ano, continuam no currículo
10 anterior. Profa. Angela Palma – se os estudantes que estão agora, se
11 ficarem retidos em alguma disciplina, como farão a transposição para o
12 currículo novo. Profa. Marta Fávaro - Há uma tabela de equivalência isso já
13 é uma regra para toda proposta de reformulação. A avaliação é caso a caso.
14 Profa. Angela Palma – não prevê estágio obrigatório, mas, ao mesmo tempo
15 o aluno faz o estágio não obrigatório e tem que apresentar uma série de
16 questões. Profa. Marcia Pizaia – as DCNs do curso não exigem estágios
17 obrigatórios. Profa. Angela Palma – a curricularização da extensão está no
18 turno? Como as AEX indicadas serão envolvidas no turno? Montamos uma
19 comissão de extensão no curso, que estão trabalhando e esperam ofertar
20 em 5 eixos várias atividades de extensão e todos os professores deverão
21 orientar os estudantes extensionistas. Prof. Caldarelli - o curso vai ofertar as
22 atividades de extensão como ocorre na monografia, teremos o prazo para a
23 inscrição dos projetos, depois os estudantes se inscrevem nesses projetos
24 e escolhem o respectivo orientador, a escolha para colocar no turno, foi
25 pensando no noturno que não teriam condições de realizar essas atividades
26 em outro período. Existem 5 eixos temáticos de projetos e os professores
27 vão enquadrar os seus projetos, a exemplo de economia solidária. A ação
28 no campo se dará nos horários previstos no turno. Haverá um calendário
29 anual para essas ações, com acompanhamento da comissão. Profa. Angela
30 Palma – sobre a diminuição de vagas, uma das justificativas é colocar a
31 matrícula dos mestrandos, não entendi. Uma questão é entrada no
32 vestibular, outra coisa é a pós-graduação. Prof. Caldarelli – temos o mesmo
33 quantitativo de docentes para ministrar aulas na graduação e no Mestrado,
34 por isso, essa ressalva. Profa. Mara Solange – é um pedido da PROEX e
35 um desafio para os cursos de inserir as AEX nos turnos, pensando nos
36 alunos que trabalham e não conseguem participar dos projetos em
37 contraturno. Paulo Rogério – os processos que têm vindo estão no
38 cronograma, no ritmo que está parece que vai demorar muito para a
39 implantação. Profa. Marta Fávaro - Dividimos os 53 cursos em 3 grupos,
40 especialmente pautados pelas datas de reconhecimento. O curso de
41 Ciências Econômicas pertence ao primeiro grupo de 7 cursos que já estão
42 com a reformulação pronta para ser submetida a avaliação do CEPE. Temos
43 como justificar isso na SETI e no Conselho Estadual de Educação. A

1 instituição precisa se preparar para esse amplo processo de reestruturação,
2 de segurança legal que estabelecemos na câmara de graduação. Prof.
3 Edmarlon – a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e essa reflexão
4 precisa ser feita por todas as Pró-reitorias, a gente justificar a redução de
5 vagas pela grande evasão, não me parece uma boa alternativa, a evasão
6 precisa ser estudada pelo curso, talvez o projeto pedagógico já estivesse
7 precisando de reformulação mesmo. A outra justificativa de falta de
8 professor e de que tem que atender a graduação, especialização e mestrado
9 também não parece conveniente. Em regime de votação: os contrários a
10 essa reformulação do curso, se manifestem. **Aprovado com 3 abstenções.**
11 **Item 7 - Processo 3704/2021 - PROGRAD - deliberar acerca da minuta**
12 **de Resolução que regulamenta as atividades acadêmicas de**
13 **graduação nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) na UEL, durante**
14 **o período de excepcionalidade provocado pela pandemia de COVID-19**
15 **(Relatora: Prof^a Dra. Marta Favaro).** O que a câmara de graduação
16 apresenta é uma atualização da resolução 022/2020 do ensino remoto
17 emergencial. Nessa deliberação o Conselho Estadual de Educação oferece
18 uma possibilidade de abertura gradual da presencialidade e recomenda que
19 atentemos para as resoluções SESA. O processo apresenta o passo a
20 passo e o planejamento particular para que a presencialidade seja
21 aprovada. Permaneceu como referência a resolução CEPE 027/2020, para
22 as atividades acadêmicas remotas. Natalia de Held – o que mudou na
23 pandemia, qual a melhora que houve para que essa retomada fosse
24 proposta? Há algum indicativo de melhora na conjuntura? A categoria
25 docente está vacinada, mas, os estudantes não foram. Profa. Marta Favaro
26 – a câmara de graduação tem as mesmas preocupações. Não estamos
27 propondo o retorno presencial. Estamos planejando, caso o curso considere
28 que algumas atividades, de forma organizada, com segurança sanitária,
29 possa ofertar algumas ações presenciais, obedecendo as regulamentações
30 da SESA. Esse texto prevê uma organização de um ano letivo, prevendo na
31 sua excepcionalidade, se o contexto sanitário permitir, algumas atividades
32 presenciais. O que será presencial e remoto estará no plano especial de
33 matriz curricular de cada curso, que é flexível. Se avançarmos com o plano
34 vacinal, também avançaremos com os estudos para a retomada de algumas
35 atividades presenciais. Clarice Gomes – esses textos abrem brechas para
36 que os colegiados decidam o que é essencial ou não, sem pensar nos
37 estudantes. Queria propor que isso fosse regulamentado para voltar em
38 pauta só no segundo semestre. Alguns cursos da saúde já querem voltar,
39 mas, não pensam no coletivo dos estudantes. Queria apontar sobre a
40 permanência estudantil e voltando o presencial, como fica a moradia
41 estudantil? Sobre o RU, como vai ficar a alimentação e as bolsas do SEBEC,
42 porque já que vamos voltar à presencialidade, tudo isso precisa ser
43 retomado. Prof. Sérgio Carvalho – precisamos consultar o SEBEC se as

1 bolsas pagas para os estudantes que moravam na moradia estudantil
2 continuam sendo pagas. Dizer que os estudantes foram expulsos é ofender
3 esse conselho e o Conselho de Administração que não expulsou os
4 estudantes. Essa matéria é de competência do Conselho de Administração.
5 Profa. Marta Favaro – a informação que vocês precisam levar é que o texto
6 não difere da resolução 022/2020 vigente, temos representação estudantil
7 nos colegiados, o plano será aprovado no colegiado. Todos os
8 coordenadores estão pensando com muito cuidado, não haverá desabrigo
9 dos estudantes. Há um coletivo de pessoas pensando nesses planos.
10 Aprovamos recentemente 150 bolsas do recurso FAEPE que tinha
11 destinação de compra de equipamentos, mas, transformamos em bolsas
12 porque sabemos e nos preocupamos com as condições financeiras dos
13 estudantes. Prof. Décio Sabbatini – gostaria de reforçar que existe uma
14 comissão de contingenciamento do coronavírus, eu presido essa comissão,
15 que é composta por vários profissionais de saúde e com outros técnicos de
16 segurança do trabalho. Temos um *software* de monitoramento do vírus na
17 universidade. Reforça o cuidado da comissão e só serão autorizadas as
18 atividades presenciais quando essa comissão entender que há essa
19 segurança. Caso a caso será analisado e ponderado. May – existe
20 estudante presente nessa comissão? Se antes da pandemia já não
21 tínhamos sabão, papel higiênico como fica agora com pandemia?
22 Precisamos de máscaras PFF2, principalmente os de saúde. A
23 Universidade tem que ter a responsabilidade de garantir a limpeza e todos
24 os EPIs, álcool em gel, sem contar que há estudantes que estão fora de
25 Londrina e não conseguem retornar porque não têm condições de se manter
26 aqui. Até as linhas de ônibus diminuíram. Prof. Sérgio Carvalho – essas
27 pautas são todas do Conselho de Administração. Profa. Marta Favaro –
28 essa condição está definida e o conselho mais competente para deliberar o
29 que é prioritário e o que não é, é o colegiado de curso, que é composto por
30 professores e estudantes. Não estamos propondo aqui que os 52 cursos
31 retornem à presencialidade. Vamos retomar o ano letivo 2021 ainda de
32 forma remota. Existe um plano de contingenciamento que já foi reformulado.
33 É público no site da UEL. A preocupação de vocês é pertinente, mas, já foi
34 pensada e continua sendo pelos colegiados. Não chegamos a 10% de
35 estudantes em presencialidade, justamente pelos cuidados da Instituição,
36 ainda que tenhamos resoluções da saúde que permitem essa
37 presencialidade para um número de estudantes bem maior. Prof. Décio
38 Sabbatini – é plantonista no hospital universitário e pode garantir que todos
39 os estudantes que lá estão têm EPIs. Thaís dos Santos – muitos estudantes
40 terão que trancar a matrícula porque não vão conseguir se manter na
41 universidade. Profa. Marta Favaro – a presencialidade depende muito da
42 característica do curso. Muitos cursos vão conseguir concluir o currículo,
43 com plano especial de matriz curricular todo no remoto. Volto a dizer que os

colegiados estão fazendo uma composição com todos esses cuidados. Os colegiados estão fazendo esse levantamento junto aos estudantes. Prof. Miguel Arias – não estamos falando de retorno presencial. Colegiado faz o plano especial em conjunto com NDE, tem que aprovar no Colegiado, no Departamento e no Centro. No Centro há uma comissão de acompanhamento desses planos especiais. Na Câmara de Graduação houve uma discussão muito grande se vamos prever uma ou outra atividade presencial, com bastante antecedência para que os estudantes consigam se organizar, então, todas essas questões foram pensadas já. O colegiado de História já enviou o seu plano para o próximo ano, totalmente remoto. A presencialidade será em casos excepcionais. May Romeiro – enquanto discente minha preocupação não é só do CLCH, há demandas de estudantes de Odontologia que estão fazendo vaquinhas para comprar EPIs. Prof. Décio Sabbatini – o vice-reitor é responsável por todos os órgãos suplementares e a COU é um deles, o diretor Helion Lino nunca apresentou um problema como a falta de EPIs, mas, vou investigar. Em regime de votação, os contrários, por favor se manifestem. **Aprovada, com 4 votos contrários. Item 8 - Processo 2278/2021 - PROPPG - referendar os nomes indicados pelas Câmaras de Pesquisa e de Pós-Graduação, para recomposição do Comitê Acadêmico do FAEPE - Fundo de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** Os nomes indicados para a recomposição do comitê FAEPE – foram, para a Câmara de Pesquisa, titulares: Prof. Dr. José Alexandre de França e Profa. Dra. Nídia Aparecida Hernandez. Suplentes: Profa. Dra. Silvia Ponzoni e Prof. Fábio Henrique Kwasniewski. Foram indicados *ad referendum* em razão do prazo. Em regime de votação. Os contrários, se manifestem. **Aprovado por unanimidade. Item 9 - Processo 2827/2021 - PROPPG - deliberar acerca da minuta de resolução CEPE que estabelece o número de vagas do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Engenharia de Estruturas, para oferta de turma na modalidade remoto síncrono. (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** A solicitação do curso de Engenharia de Estruturas foi feita a partir do momento em que aprovamos a modalidade do remoto síncrono para os cursos do *lato sensu*, pedem a ampliação do número de vagas considerando o mínimo de 60 vagas e o máximo de 70, e essa ampliação impacta diretamente nos custos e valor da mensalidade que passa de R\$ 500,00 reais, para R\$ 285,00 reais, a minuta passou e foi aprovada por todo o trâmite pertinente. Saindo do CEPE, o processo deve ir para o C.A, porque envolve reformulação de custos. Nada mais havendo para tratar, o Prof. Sérgio Carlos de Carvalho agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores lavrei esta ata, que após lida e aprovada, será

1 assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na
2 reunião.

3
4 Sérgio Carlos de Carvalho _____
5 Reitor

6
7 Décio Sabbatini Barbosa _____
8 Vice-Reitor

9
10 José Miguel Arias Neto _____
11 Representante da Câmara de Graduação

12
13 Lucia Giuliano Caetano _____
14 Representante da Câmara de Graduação

15
16 Marcelo Alves de Carvalho _____
Representante da Câmara de Graduação

17
18 Silvia Regina Tacla _____
19 Representante da Câmara de Graduação

20
21 Danielle Venturini _____
22 Representante suplente da Câmara de Graduação

23
24 Ana Luisa Cavalcanti _____
25 Representante suplente da Câmara de Graduação

26
27 Inês Cristina de Batista Fonseca _____
28 Representante da Câmara de Graduação

29
30 Jurandir Guatassara Boeira _____
31 Representante da Câmara de Graduação

32
33 Juliana Dascal _____
34 Representante suplente da Câmara de Graduação

35
36 Alexandre Orsato _____
37 Representante da Câmara de Pesquisa

38
39 Cássia Vanessa Olak Alves. _____
40 Representante da Câmara de Pesquisa

41
42 Maria Fernanda Rodrigues Graciano _____
43 Representante da Câmara de Pesquisa

44
45 Deise Maia _____
46 Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade

47
48 Renata Katsuko Kobayashi _____
Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade

1		
2	Ana Claudia Saladini	
3	Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade	
4	Kely Regiane Tomeleri da Fonseca Pinto	
5	Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade	
6		
7	Patrícia Ayub da Costa	
8	Representante da Câmara de Pós-Graduação	
9	Ângela Pereira Teixeira Victória Palma	
10	Representante da Câmara de Pós-Graduação	
11		
12	Guilherme Schiess Cardoso	
13	Representante da Câmara de Pós-Graduação	
14		
15	Claudemir Zucarelli	
16	Representante da Câmara de Pós-Graduação	
17		
18	Maria Cristina Solci	
19	Representante da Câmara de Pós-Graduação	
20		
21	Tânia da Costa Fernandes	
22	Representante do Órgão Suplementar (CAPL)	
23		
24	Edmarlon Giroto	
25	Representante do Órgão Suplementar (LM)	
26		
27	Edméia Aparecida Ribeiro	
28	Representante do Órgão Suplementar (Museu)	
29		
30	Marcia Teshima	
31	Representante do Órgão Suplementar (EAAJ)	
32		
33	Natália Nazário Moreira	
34	Representante discente	
35		
36	Natália Rodrigues de Held	
37	Representante discente	
38		
39	Clarice Trembl Gomes	
40	Representante discente	
41		
42	May Romeiro Sartorelli	
43	Representante discente	
44		
45	Fábio Calábrio Evangelista da Silva	
46	Representante discente	
47		
48		

Livro 19 – CEPE

1	Barbara Nicole Rosa	_____
2	Representante discente	
3		
4	Thaís dos Santos Moraes	_____
5	Representante discente	
6		
7	Clodoaldo Porto Filho	_____
8	Representante discente	
9		
10	Damaris Felisbino	_____
11	Representante discente	
12		
13	Paulo Rogério Catarini da Silva	_____
14	Representante dos Servidores Técnicos Administrativos	
15		
16	Silvia Meletti	_____
17	Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação em exercício	
18		
19	Mara Solange Gomes Dellarozza	_____
20	Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade	
21		
22	Marta Gimenez Favaro	_____
23	Pró-Reitora de Graduação	